

“À MISTURA ESTÃO AS PESSOAS”: LUSOFONIA, POLÍTICA LINGUÍSTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

“IN THE BLENDS ARE THE PEOPLE”: LINGUISTICS POLICIES, LUSOPHONY AND INTERNATIONALIZATION

Regina Pires de Brito *

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
rhbrito@mackenzie.br

Resumo:

Tendo como cenário a dimensão, a pluralidade e a complexidade do chamado “espaço da lusofonia”, propomos uma reflexão acerca de concepções de política linguística, procurando focalizar os tópicos “difusão” e “internacionalização” da língua, temas frequentes em discursos oficiais (como no Plano de Ação de Brasília, de 2010, resultante da 1.ª Conferência da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, promovida pela CPLP, e em fóruns de organismos como os da AULP e do IILP). Dois argumentos recorrentes são a integração desse espaço para a *mistura das pessoas* (como lembra o angolano Ondjaki) e a inserção da língua no plano global. No entanto, é necessário considerar os inúmeros desafios e dificuldades na formulação e implementação de políticas objetivas, adequadas a cada contexto e eficazes para todos. Como parte disso (tendo em conta, especialmente, experiências em contexto timorense), acredita-se na necessidade de se buscar o fortalecimento e a disseminação do português, ao mesmo tempo que se defende o (re)conhecimento

* Pós-Doutora pela Universidade do Minho, Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo. Docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Coordenadora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da UPM. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos das Literaturas de Expressão em Língua Portuguesa da USP e Conselheira do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste. Coordenadora de projetos de difusão linguística do português junto à Universidade Nacional Timor Lorosa’e em 2004 e 2012. Dentre suas publicações, citam-se: *Sensibilizando para a comunicação em língua portuguesa – uma experiência em Timor-Leste* (Ed. Mackpesquisa); *Conceitos de educação em Paulo Freire* (Ed. Vozes, coautoria) e *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (Ed. Terracota). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Centro de Comunicação e Letras. Coordenadora de Programas e Projetos – Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

e a legitimação das variedades linguísticas nacionais, valorizando a *unidade* na *diversidade* da lusofonia.

Palavras-chave: lusofonia; política; linguística; difusão linguística; CPLP.

Abstract:

Having in the context the dimension, the plurality and the complexity of the so called “Lusophone space”, we propose a reflection upon the conceptions of linguistics policies, seeking to focus the topics “diffusion” and “internationalization” of the language, mandatory issues in official speeches (such as the “Plano de Ação de Brasília” (Brasília Action Plan), in 2010, result of the “1st Conference on the Portuguese Language in the World System, promoted by the CPLP, or the forums of organisms like the ones from AULP and from IILP. One of the recurrent arguments in those speeches is the integration of that space to the *blend* of people, as said by the Angolan Ondjaki. However, it is necessary to consider the numberless challenges and difficulties in the formulation and implementation of objective policies, suitable to each context and effective to everyone. As part of this (especially at the account of experiences lived in the East Timor context), we believe in the need for seeking the strengthening and the dissemination of the Portuguese Language, as long as we defend the recognition and the legitimation of national linguistic variants, valorizing the *unity* in the diversity of the Lusophony. *Keywords:* Lusophony; linguistic policies; linguistic diffusion; CPLP.



Somados os dados populacionais dos países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) mais as comunidades da diáspora estima-se algo em torno de 250 milhões de usuários— total esse que embute, naturalmente, diversos graus de conhecimento, de proficiência e de presença do português nas interações cotidianas. São cerca de trinta mil quilômetros de fronteiras com outras línguas, um dos três únicos idiomas usados em todos os continentes, sendo que nenhum desses oito países tem por limite outro lusófono. Além disso, tem-se verificado, nos últimos anos, o crescimento e a valorização do português no mundo, acompanhando o destaque econômico e cultural de alguns dos países de língua oficial portuguesa.

Ainda no plano geopolítico-econômico, o português é língua administrativa e de trabalho de 27 organizações internacionais e língua oficial em seis (dos 17) blocos econômicos regionais: MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul* (Brasil), UE – *União Europeia* (Portugal), ASEAN – *Associação de Nações do Sudeste Asiático* (Timor-Leste), SADC – *Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento* (Angola, Moçambique), CEEAC – *Comunidade Econômica dos Estados da África Central* (Angola e São Tomé e Príncipe), CEDEAO – *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental* (Cabo Verde e Guiné-Bissau). Por fim, considerando as mídias sociais, o português é o 4.º idioma mais utilizado no Twitter¹, o 5º em usuários na Internet² e o 3.º no Facebook³.

Esse panorama, que situa o português em várias instâncias (dos números tradicionalmente ditos do plano sociogeográfico até dados que a modernidade do plano “geociber” impõe), possibilita a compreensão de suas muitas vias de “internacionalização⁴”, externas e internas. Olhar para o espaço de oficialidade do português permite caracterizá-lo não apenas pela sua expressiva extensão e pelas relações com outras nações não-lusófonas (o que exige políticas de internacionalização externas), mas também por realidades distintas, frequentemente assinaladas pela dimensão, pela condição socioeconômica, pela conjuntura política, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – fazendo do português uma língua internacional “*no interior de nossas fronteiras*” (Castro, 2010: 67). Neste caso, o português, como língua do ensino, dos meios de comunicação e da administração pública funciona como veicular (internacional?) entre nacionais de línguas maternas várias... Enfim, essa comunidade vive e utiliza, singularmente, uma língua oficial comum, especificamente adjetivada em cada um dos seus múltiplos contextos, validando uma lusofonia dos que *também* falam português.

1 As línguas na internet, OLP, 2012. Disponível em: www.observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/as-linguas-no-twitter. Acesso em 22/7/2013.

2 Internet World Users by Language – Top 10 Languages, 2010. Disponível em: www.internetworldstats.com/stats7.htm. Acesso em 22/7/2013.

3 Top 10 Fastest Growing Facebook Languages, 2012. Disponível em: www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages. Acesso em 22/7/2013.

4 Recorrendo a Castro (2010: 65-71), deve-se pensar a internacionalização do português considerando: (1) uma política europeia; (2) uma política global; (3) uma política para o espaço lusofalante; (4) uma política para o espaço nacional.

Para tratar de política lingüística (ou políticas lingüísticas?) nesse multifacetado universo, partimos de uma lusofonia concebida como um espaço simbólico – linguístico, evidentemente, mas, sobretudo, de cultura (Martins, 2006, 2014). Ainda mais: como espaço construído na intersecção de culturas que também se expressam em português; portanto, um espaço *inter(multi, trans)cultural*. Falamos de uma lusofonia cuja identidade se faz numa dinâmica contínua de conhecimento e de reconhecimento identitários, em que distinguimos diferenças e afinidades (Martins, Sousa e Cabecinhas, 2007). Reconhecemos a existência de uma lusofonia que só pode ser legítima se perceber os distintos papéis que a língua portuguesa assume em cada lugar, que se edifica pela evocação de sotaques vários e que, por fim, aponta para uma conceituação livre de desconfortos e complexos que a palavra pode carregar em discursos anacrônicos, ainda por sua identificação com uma centralidade da matriz lusitana em relação aos outros países de língua oficial portuguesa. A lusofonia que faz sentido – pela qual advogamos e capaz de instaurar diálogos entre culturas – tem centros em toda a parte (ou centro nenhum), como, de certo modo, pontuava, por exemplo, o filólogo brasileiro Celso Cunha, na segunda metade do século XX (1964: 34 e 38):

Chega-se assim à evidência de que para a geração atual de brasileiros, de cabo-verdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses. E, em certos pontos, por razões justificáveis na România Nova, a língua se manteve mais estável do que na antiga Metrópole. [...] *Essa república do português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura.* (grifos nossos)

Assim, entendemos como única lusofonia viável uma lusofonia simultaneamente pluricêntrica (ou quem sabe “descêntrica”), marcadamente heterogênea, desvinculada de complexos e de representações estereotipadas – ou seja, a lusofonia verdadeira tem de ser *plural*; portanto, temos *lusofonias* – como propõe Mia Couto⁵.

5 Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de agosto de 2010, quando da 21.^a Bienal do Livro de São Paulo, ao tratar de Lusofonia, um dos temas daquela Bienal, Mia Couto afirma: “Acho importante questionar a ideia da lusofonia. E perceber que o

Refletir sobre lusofonia(s) é observar as funções que o português desempenha no âmbito de sua oficialidade, na diáspora e na sua representação pelo globo – respeitando especificidades, validando diferenças e considerando as semelhanças que, na verdade, estruturam uma noção de identidade (ou identidades) na(s) lusofonia(s). A esse cenário, juntamos vivências em língua portuguesa. Existências que traduzimos numa perspectiva de interação, de troca, de contatos, de intercâmbio cultural global, de certa habilidade intercultural que contribua para atenuar os desentendimentos entre os homens e para estabelecer pontes entre as diferentes culturas. Essa percepção de interculturalismo, aplicada ao contexto lusófono, faz partir do conhecimento de nós mesmos para aprendermos a “ressignificar” nossas próprias formas de comunicação e, deste modo, criar significados que façam sentido para os outros. Um entendimento adequado de lusofonia exige, por fim, que nos *conheçamos* para nos *reconhecemos* uns nos outros e uns diante dos outros.

Esse movimento da interculturalidade no domínio de uma língua comum, que reúne uma comunidade de lusofalantes é inquietante, obrigando-nos a ver que nossa interação com outros povos de língua oficial portuguesa possibilita partilhar uma língua que representa diferentes visões de mundo, que se entrecruzam e se *intercruzam*, mas que não se devem sufocar. Nesse caso, interessa a convivência da tolerância, a partir da consciência de que, falando uma mesma língua, ela pode ser tantas quantas as realidades que por ela se representam necessitem.

Nesse cenário marcado pela pluralidade, o tema política linguística propicia olhares vários sobre a dimensão, a posição, a expressão e a manutenção de uma dada língua. Pensar em política de língua significa falar de governos, de expansão, de poder, de internacionalização, revestindo a língua também de peso e valor econômicos. Falamos também de difusão, de educação e, sobretudo, de pessoas.

Por tudo isso, de saída, entendemos *política linguística* como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a

conceito é plural: existem lusofonias. A ideia da comunidade lusófona é uma construção que corresponde a interesses políticos particulares. Os criadores culturais devem ser capazes de questionar esse modelo único que nos é proposto.” (Disponível em: <http://www.pglingua.org/especiais/espaco-brasil/2722-bienal-de-sao-paulo-discutira-a-lusofonia>. Acesso em 10/6/2013.)

sociedade” (Calvet, 2007: 11), parte de um binômio, ao lado da *planificação* (ou *planejamento*) *linguística*, que é a aplicação, a implementação prática de uma política, ou seja, “a passagem ao ato”, a sua realização concreta. Sobre esse par *política-planificação*, esclarece Lopes (2013: 72-3):

A planificação linguística consiste num conjunto de atividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação. A política linguística consiste num corpo de idéias, leis, regulamentos e práticas que visa materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade.

Uma reflexão sobre a necessidade de *pensar* e de *efetivar* (“politicizar e planificar”) mudanças numa comunidade linguística pode partir de vários pontos. Uma abordagem da matéria seria o estudo individualizado das diretrizes determinadas (se houver) em cada país de língua oficial portuguesa. Outra é verificar a inserção dos tópicos *internacionalização e difusão do português*, discutidos em fóruns oficiais e acadêmicos, por conta da necessidade de divulgação, de propagação e de integração (ainda que as razões para isso sejam prioritariamente de ordem ideológica, política e econômica). Nesse campo, sabemos que não é unicamente a questão linguística que se coloca: estão em jogo relações e interesses diversos, além de protocolos de cooperação bi e multilaterais entre esses países.

Mais uma possibilidade de pensar o tema está no exame de discursos oficiais de cada Estado⁶ ou de organismos como a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP⁷. Essa organização intergovernamental reúne os oito países de língua oficial portuguesa e acolhe países com o estatuto de *observadores associados* (como a República da Guiné Equatorial, a República das Ilhas Maurícias, desde 2006, e o Senegal, desde 2008) e várias entidades da Sociedade Civil que assumiram, a partir de 2009, o

6 Ver nesse sentido, a título de exemplo, a análise dos portais governamentais dos países da CPLP realizada por Brito e Bastos (2013).

7 Não cabe aqui qualquer balanço quanto ao papel desempenhado pela CPLP; ocupamos-nos de referenciá-la como uma instituição reconhecida e de cujo material nos valem os adiante.

papel de *observadores consultivos*. Instituída a 17 de julho de 1996⁸, conforme seus Estatutos⁹, a CPLP tem como principais objetivos: “a concertação político-diplomática entre seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional”; “a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social”; “a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”. A estes objetivos ligam-se os *princípios* da CPLP, tais como: a igualdade soberana dos Estados-membros e a não-ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelas diferentes identidades nacionais e pelas suas integridades territoriais; a reciprocidade de tratamento; o “primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social”; a promoção do desenvolvimento e da cooperação¹⁰. Destaca-se, também, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), organismo da CPLP criado para dedicar-se à promoção da língua portuguesa como língua internacional de projeção global.

Dos vários fóruns que congregam representantes dos oito Estados-membros (EM) da CPLP, referenciamos a *I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, realizada em março de 2010, em Brasília. Da Conferência resultou o *Plano de Ação de Brasília (PAB) para a promoção, a difusão e a projeção da Língua Portuguesa*¹¹, aprovado pela VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, reunida na Cimeira de Luanda, em julho seguinte.

8 Embora instituída nessa data, importante passo para sua formação foi dado em 1989, em uma reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos países de língua oficial portuguesa, realizada no Brasil, a convite do então Presidente José Sarney. A ideia primeira era a da criação um Instituto Internacional de Língua Portuguesa visando à promoção e à difusão do português. Antes disso, porém, várias personalidades se manifestaram acerca da necessidade da criação de um organismo dessa natureza.

9 CPLP (1996) “Estatutos”. Disponível em http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf. Acesso em 2/7/2013.

10 CPLP, “Objectivos da CPLP”, 1996 (em <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>). Acesso em 20/6/2013.

11 Plano de Ação de Brasília – PAB, 2010. Disponível em http://observatorio-lp.sapo.pt/Content/Files/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bras%C3%ADlia_Mar_2010.pdf. Acesso em 20/5/2013.

Considerando questões como o fortalecimento do ensino do português, sua implantação em organizações internacionais, implementação do acordo ortográfico e a afirmação de sua importância para as diásporas oriundas dos países da CPLP, o “PAB” divide-se em partes, traçando linhas de atuação em torno de seis eixos:

- I. estratégias de implantação da Língua Portuguesa (LP) nas organizações internacionais;
 - a. estratégias de promoção e difusão do ensino de LP (tanto no espaço da CPLP como no seu fortalecimento como língua estrangeira, enfatizando a formação e a capacitação de professores, a edição e a difusão de materiais didáticos e pedagógicos e o reforço da utilização das TIC);
 - b. estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico (urgência da elaboração de um vocabulário comum);
- II. difusão pública da LP (incremento da utilização dos meios de comunicação de massa);
- III. importância da LP nas diásporas (incentivo ao português como língua curricular);
 - a. participação da sociedade civil (valorizando parcerias e o envolvimento dos cidadãos em geral).

O PAB, com visível ênfase às partes I e II, estabelece a necessidade do envolvimento e da “ação concertada e persistente dos Estados-Membros” com vistas à mundialização da LP (enfatizando o que chamamos de internacionalização *externa*). Nesse sentido, o documento assinala a urgência de algumas ações, por exemplo:

- a necessidade de criação de corpo de tradutores, formados e financiados pelos EM, para atuar na Organização das Nações Unidas e em organismos em que o português é língua oficial ou de trabalho, mas nos quais não há utilização efetiva do português;
- o apoio a candidaturas de EM da CPLP para organismos internacionais;
- a retomada de contatos, por exemplo, com Comissão da União Africana para “desenvolver projetos que contribuam para o reforço da presença do português na organização” (p. 3);

- o desenvolvimento de programas de formação educacional integral em LP (ensino de língua, disciplinas acadêmicas e profissionalizantes) para transmissão por meios de comunicação de massa;
- o projeto de uma CPLP-TV e o aprimoramento do *Portal da Língua Portuguesa* da CPLP.

Com o direcionamento sintetizado acima, somos levados a concordar com Correia (2012) ao referir-se ao PAB, destacando que a internacionalização de uma língua se fundamenta em aspectos outros (especialmente, políticos e econômicos) e não nos propriamente linguísticos:

O Plano de Ação de Brasília representa o referencial que baliza a ação da CPLP e de cada um dos seus Estados-membros no domínio da Língua. É um documento que propõe estratégias que encaram e assumem os desafios e as oportunidades da globalização, reconhecendo e manifestando que o peso internacional de um idioma assenta, não tanto em argumentos linguísticos como, acima de tudo, em causas de natureza política, econômica e civilizacional.¹²

No capítulo II (que ocupa a maior parte do documento), destinado a “Estratégias de promoção e difusão do ensino de LP”, há diretrizes para o ensino de LP no espaço da CPLP, focalizando:

- otimização de programas de cooperação de formação docente de LP e em LP, estendido a professores de todas as disciplinas;
- formação de professores de LP para o “conhecimento das especificidades do português, conforme o uso padrão em cada EM;
- incremento de programas de formação na Pós-Graduação para o fortalecimento do ensino universitário;
- desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos que “atendam às características socioculturais, políticas, econômicas e linguísticas dos EM” (p.5);
- incentivo ao uso das TIC no ensino presencial e a distância, para todos os níveis de educação.

12 Conferência do Embaixador Eugénio Anacoreta Correia, Presidente do Observatório da Língua Portuguesa (OLP), no Seminário “Língua Portuguesa – Afirmção e valor”, realizado no dia 27 de setembro de 2012, em Macau. Disponível em <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/eac-conf-macau>. Acesso em 20/5/2013.

O item 5-i desse capítulo, embora sucinto, trata da necessidade de ações conjuntas para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de currículos que incorporem abordagens de ensino específicas para contextos multilíngues, característico da diversidade linguístico-cultural da esfera lusófona. As recomendações gerais, que poderiam alimentar Políticas e Planificações Linguísticas dos EM, distinguem a urgência de:

- 5.1 considerar o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado;
- 5.2 compartilhar experiências já existentes em educação bilíngue (escrita de línguas ágrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didático);
- 5.3 fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didático adequado às diferentes situações sociolinguísticas dos EM da CPLP. (PAB, 2010: 6)

A observância e a reflexão desses três itens e das proposições voltadas para o fortalecimento do ensino de Português Língua Estrangeira (também referenciadas no documento), somadas aos outros pontos mencionados, poderiam contribuir para uma Política Linguística mais próxima das necessidades reais. Elementos presentes no PAB auxiliariam a formulação de Políticas e Planificações Linguísticas e Educacionais abertas e acessíveis, de modo a estabelecer conexões entre todos os intervenientes (Mateus, 2010: 73) por parte dos EM e, ainda, favorecer o viés de “internacionalização” da língua.

Também a situação do português língua materna exige ações que, por exemplo, conscientizem os cidadãos de que a língua que fala merece ser enriquecida, valorizada e trabalhada porque é parte do seu construto identitário, dando-lhe ainda o direito de ver reconhecida sua variedade sociocultural ou regional.

Além disso, nos espaços em que a língua portuguesa é oficial mas é igualmente língua segunda (ou terceira), desempenhando um papel de língua veicular e de escolarização, em convivência com as línguas nacionais, a prática necessita de outros elementos. Falamos, por exemplo, da questão linguística em países reconhecidamente multilíngues como Moçambique e Timor-Leste. É fundamental, por isso, na implantação bem

intencionada de qualquer política linguística, considerar a diversidade de contatos linguísticos e o fenômeno da variação linguística, alargando a visão da própria língua (que se materializa na multiplicidade de usos que dela se faz e nas relações que estabelece com as línguas nacionais) e tendo em conta a maleabilidade inerente às línguas vivas.

É o que pensamos do processo de difusão do português em Timor-Leste, do seu *status* de língua oficial e do papel que desempenha como tal e, quem sabe, como integradora num Moçambique de diversas línguas (Brito e Martins, 2004). Nesse caso, referimos como indispensável, por exemplo, a contribuição de linguistas como Armando Jorge Lopes (1997, 2002, 2013), com reflexões e recomendações sobre Política e Planificação Linguística em Moçambique (perfeitamente aplicáveis a outros contextos multilíngues) e com trabalhos descritivos contrastivos sobre o português moçambicano e sua relação com as línguas bantu (termo recomendado pelo autor para as línguas faladas há séculos em Moçambique)¹³. Como referimos em outra ocasião, a diversidade etnolinguística que caracteriza o atual espaço moçambicano precisa considerar o uso das diferentes línguas (locais, português e línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês), que indivíduos praticam nas variadas situações de interação comunicativa, reconhecendo os papéis sociais que as línguas portuguesas e autóctones desempenham, como resultado da sua incorporação nas atividades sociais ocorrentes em Moçambique. Tal reconhecimento é importante, uma vez que, como se verifica em Timor-Leste, com o papel desempenhado pela língua tétum, não há uma língua local que sirva como integradora do território. Em Moçambique não existe uma dessas línguas que possa funcionar como língua nacional, pelo menos até o momento (Brito, 2013: 119).

Voltando-nos para Timor-Leste, no contexto asiático, nossas experiências com ações voltadas para a difusão e manutenção do português pautam-se no reconhecimento e na legitimação da variedade do português timorense. Como se sabe, o ano de 2012 celebrou os dez anos de Timor independente; assinalou simbolicamente os 500 anos do primeiro encontro

13 Ainda sobre Moçambique, cabe referir que, já em 1994, Lopes sugeria nova política linguística para o pós-guerra civil, "com o pressuposto de que a promoção das línguas indígenas deveria implicar a aquisição de estatuto de língua oficial (não apenas a sua utilização como expressão de etnicidade) e de que o Português teria de ser promovido como língua de ligação a nível nacional" (Lopes, 1997: 10).

dos timorenses com os portugueses; marcou, também, o centenário da primeira revolta contra a administração colonial (base do nacionalismo timorense). Lembremos, também, que ainda na época colonial, no decorrer da 2ª Grande Guerra, Timor-Leste foi ocupado duas vezes: em 1941, pelo exército australiano e, em 1942, pelo japonês. Trinta anos depois, o território foi invadido pela Indonésia, numa incursão que se prolongou até 1999. Depois do período da Administração Transitória das Nações Unidas, em maio de 2002, o país passou a ser a *República Democrática de Timor-Leste* – desde então, muitas e diferentes ações para a promoção linguística do português vêm sendo propostas por timorenses, com forte apoio e investimentos, especialmente de Portugal e do Brasil, com projetos de várias naturezas (formais, não-formais, religiosas, etc.).

O país apresenta um quadro multilíngue que engloba, além do tétum (língua oficial e nacional), o português (língua oficial) e dezenas de línguas maternas locais. Além disso, devido aos vinte e quatro anos de dominação Indonésia (que representaram a proibição do uso da língua portuguesa e a minimização do emprego do tétum), parte da população (sobretudo os adultos jovens) se expressa em língua indonésia, imposta nesse período. Não se pode, portanto, ignorar que o português não é a língua da maioria da população timorense, podendo ser considerado como a segunda língua (depois do tétum) e, para muitos, a terceira língua, depois da sua língua local e do tétum. No entanto, especialmente no período “pós-1999”, a língua portuguesa tem se mostrado fator relevante no aspecto identitário timorense: um povo de cultura híbrida (cerceado em suas manifestações durante a ocupação indonésia) dialoga com sua realidade multicultural e com as marcas do processo colonial.

Não são poucas as vezes em que a língua portuguesa e os valores culturais têm sido mencionados como capitais para a integração de Timor-Leste na comunidade internacional e como saída para o desenvolvimento da nação independente – como, por exemplo, o discurso de Geoffrey Hull (2000)¹⁴ sobre as relações entre língua, identidade e política educacional proferido no Congresso Nacional Timorense, em 2000 (quando se discutia o estabelecimento das línguas oficiais no país independente), ressaltando o papel do português na constituição identitária timorense e a colabora-

14 Linguista australiano, profundo conhecedor das línguas e cultura da região.

ção que este pode continuar a dar para o fortalecimento e a promoção do tétum.

Na verdade, a função e a necessidade da revitalização da língua portuguesa no país ainda são temas muito discutidos. No país independente, a política oficial abriu-se para associações comunitárias com os demais países de língua portuguesa (como recomendam vários documentos que podem ser encontrados na página oficial da CPLP disponível na internet). Embora não seja consensual, forte tendência compreende o português como elemento capital tanto para a preservação das línguas nacionais, quanto para a salvaguarda da identidade nacional – referência que pode ser encontrada tanto em discursos políticos, quanto em artigos científicos acadêmicos e em depoimentos de populares timorenses (cf. Brito, 2010, 2013a, 2013b). Nas palavras do atual Presidente da República, Taur Matan Ruak:

Do nosso contato com outras culturas e outros povos resultaram coisas positivas. É disso prova o sentimento da nossa identidade nacional, marcado pela fé católica, a língua portuguesa e a forte ligação a valores de cultura universais que unem oito países de quatro continentes, a família CPLP.¹⁵

Do outro lado, também no escopo da cooperação internacional, a questão linguística timorense é abordada com frequência pela comunidade lusófona em geral, conforme destaca o PAB, no item (II, i, 8):

Atender as especificidades e os desafios da língua portuguesa em Timor-Leste e apoiar os esforços de reafirmação da língua portuguesa neste Estado-Membro, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico de Apoio a Timor-Leste. (PAB, 2010: 4)

A manutenção do português, língua de cultura, como língua oficial *de e em* Timor-Leste depende muito do estabelecimento de séria política educacional por parte das autoridades locais, da mobilização e do envolvimento dos vários setores da sociedade timorense, da disposição da população

15 Discurso proferido na comemoração do 13.º aniversário do referendo para a autodeterminação do povo de Timor-Leste – 30 de agosto de 2012. Disponível em www.timor-ramurak.blogspot.com.br. Acesso em 30/8/2012.

e também do apoio (em via de mão dupla) dos países lusófonos. Nesse sentido, adverte Mateus (2010: 76):

A presença do português nos países multilíngues tem funções de extrema importância sociocultural, e não se restringe à capacidade de os falantes de línguas nacionais comunicarem com os países estrangeiros. Na realidade, a língua portuguesa é seguramente, nesses cenários, um enriquecimento dos falantes por ficarem a conhecer uma língua além da sua própria. Além disso, o português pode instituir-se como uma ponte entre culturas e línguas, estatuto que só se consegue se os países que partilham a mesma língua, quer como materna quer como veicular, trabalharem em conjunto.

Na perspectiva explicitada por Mira Mateus, como exemplo desse tipo de apoio – um “apoio-intercâmbio” – voltado para a difusão do português em contexto multilíngue, citamos o projeto *Universidades em Timor-Leste – 2004*, que contou com o suporte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de diversas instâncias governamentais de Timor-Leste e com o financiamento da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária).

Inserido num plano de educação não-formal, de difusão do português voltado especialmente para jovens timorenses, tratou-se de projeto concebido e executado pela associação de docentes de três universidades brasileiras¹⁶ com a reitoria¹⁷ da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), levando graduandos brasileiros para ministrar cursos livres de sensibilização de jovens timorenses para a comunicação em língua portuguesa. O fundamento da ação foi a aproximação pela cultura musical e literária: timorenses, de diferentes gerações, manifestaram seu gosto por músicas brasileiras, o que serviu de motivação para a estruturação de um projeto de cooperação que não apenas deixou um contributo aos timorenses, mas fez dessa uma atividade indissociável de aprendizado também para os jovens brasileiros: trabalhando juntos, com sentimento

16 Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

17 Na ocasião, a reitoria da UNTL tinha à sua frente o linguista Benjamim de Araújo Corte-Real, atual Diretor do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste.

de partilha e solidariedade, aprendemos todos uns com os outros; sobre eles e sobre nós mesmos.

Muitos dos participantes timorenses ainda se correspondem conosco, graças às possibilidades do mundo virtual. Alguns puderam acompanhar, em 2012, o desenvolvimento de iniciativa idealizada pela atual Reitoria¹⁸ da UNTL (em consonância com as diretrizes do PAB), que levou um grupo de 36 docentes lusófonos para atuação junto aos primeiros anos de vários cursos de graduação daquela universidade. Tratou-se de um investimento dos próprios timorenses, em projeto desenhado pela UNTL: docentes visitantes lusófonos ministrando aulas e elaborando material didático em língua portuguesa em interação com docentes timorenses, recebendo a primeira geração de jovens a ingressar na universidade, após a escolarização básica feita em língua portuguesa, no país independente.

A ação foi positiva do ponto de vista didático-pedagógico e da interação entre alunos e professores, embora os docentes tenham enfrentado entraves de ordem financeira. Diversos pontos mereceriam uma reformulação numa nova versão, na qual muitos dos atores precisariam estar mais conscientes da intencionalidade da proposta original. Desejar, planejar, divulgar e sensibilizar para se chegar à concretização são, portanto, desafios inevitáveis para o sucesso de qualquer ação: as palavras propostas precisam de empenho e comprometimento dos indivíduos para ter vida além do papel. Se uma “política de língua aparece invariavelmente ligada ao Estado e sua aplicação constitui uma intervenção direta e voluntária do poder político no domínio da língua” (Calvet, 1999: 155), o desafio, muito além desses indicativos, reside, sobretudo, nas dificuldades de sua implementação: onde, como, por que, para quê e para quem é feita uma política de língua e sua implantação. Ainda mais: a sua efetivação depende, sem qualquer dúvida, da “disposição” e da “vontade” política – sem perder a dimensão de que são as línguas que existem para servir aos homens, e não o inverso.

Neste ponto, retomamos Ondjaki (2004), evocado no título desta exposição:

18 Em 2012, respondia pela reitoria da UNTL o sociólogo Aurélio Guterres.

À mistura estão as pessoas – que são as margens da cultura, e os destinos da Língua revistos por aqueles que a manejam como utensílio cotidiano. Que esta linguagem seja, pois, ferramenta e prazer, veículo seguro mas maleável; que as gerações vindouras nela vejam molde aberto para memória e labor criativo. Porque bonitas são as Línguas depois de manejadas e celebradas pelas pessoas.

Políticas de afirmação, de divulgação, de difusão ou mesmo de internacionalização de uma língua – e, por conseguinte, das muitas culturas por ela representadas – tanto necessitam de empenho e seriedade na sua condução, quanto devem se amoldar aos contextos socioculturais e linguísticos específicos aos quais se aplica. Assim, embora coesa e coerente, uma Política Linguística eficaz, eficiente e adequada deve, sim, indissociada da Planificação, ser flexível e adaptável aos distintos espaços, considerando como centro as pessoas que “estão à mistura” e que ali se fazem; mas precisam, igualmente, do envolvimento e da lisura das pessoas que têm o poder de (e deveriam) *fazer*.

Fica a expectativa de que as políticas (adjetivadas ou não), assentes no princípio da parceria e da responsabilidade compartilhada, se possam pautar numa ética *de* pessoas *para* pessoas. Como vimos, o contato, por exemplo, com o discurso oficial de um organismo internacional como a CPLP revela um imaginário de língua portuguesa quase homogênea nos oito EM, não realçando a complexidade, a maleabilidade e a pluralidade que caracterizam os espaços, as histórias, os sons, as gentes da lusofonia – nas palavras de Martins (2013: 10) “as figuras de lusofonia e de comunidade lusófonas não remetem para um imaginário único. Direccionam, sim, obrigatoriamente, para múltiplos imaginários lusófonos.” Por fim, a experiência que pudemos ter, vinculada a uma proposta de difusão do português em contexto universitário – em que os obstáculos fugiram às questões pedagógicas ou pontualmente linguísticas –, nos fizeram ver, com alguma intensidade, que as pessoas (aquelas responsáveis por qualquer e toda política, PAB e Acordos...) não podem ignorar as *pessoas do afeto da mistura*.

Referências

- BRITO, R.P. de (2013 a). *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Editora Terracota.
- BRITO, R.P. de (2013 b). Papel do português em Timor-Leste. *Revista de Estudos na Cultura*, 104 (ref. 2011): 79-99.
- BRITO, R.P. de (2010). Moçambique e Timor-Leste: realidade multilíngue e oficialidade lusófona. In M. J. Marçalo, M. C. Lima-Hernandes, & E. Esteves (eds.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas* (pp.71-92). Évora: Universidade de Évora.
- BRITO, R.P. de, Barbosa, N. (2011). Percepções da lusofonia em portais governamentais. In M. de L. Martins (Dir.), *Anuário Internacional da Comunicação Lusófona* (pp. 105-119). Braga: Grácio Editor.
- BRITO, R.P. de, Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação). Covilhã: UBI.
- CALVET, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- CALVET, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL.
- CASTRO, I. (2010). As políticas linguísticas do português. *Textos seleccionados*. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (pp. 65-71). Porto: APL.
- CORREIA, E. A. (2012). Seminário “Língua Portuguesa – Afirmação e Valor”, 27 de setembro de 2012, em Macau. Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/eac-conf-macau>. Acesso em 20/5/2013.
- CPLP (Estatutos e Objectivos) (1996). Disponível em <http://www.cplp.org>. Acesso em 2/6/2013.
- CUNHA, C. (1964). *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: S. José.
- HULL, G. (2000). *Timor-Leste – identidade, língua e política educacional*, – Edição bilingue tétum-português. Lisboa: Instituto Camões.
- Internet World Users by Language – *Top 10 Languages, 2010*. Disponível em www.internetworldstats.com/stats7.htm. Acesso em 22/4/2013.
- LOPES, A. J. (2013). *A Batalha das línguas. Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique* (1.ª ed. 2002). Luanda: Editora das Letras.
- LOPES, A. J. et al (2002). *Moçambicanismos. Para um léxico de usos do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (1997). *Language Policy: principles and problems*. Maputo: Livraria Universitária (Universidade Eduardo Mondlane).

- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo, EDUC – IP-PUC.
- MARTINS, M. de L. (2013). A lusofonia como imaginário da pluralidade e da diferença (prefácio). In R. P. Brito, *Língua e identidade no universo da lusofonia. Aspectos de Timor-Leste e Moçambique* (pp. 9-14). São Paulo: Editora Terracota.
- MARTINS, M. de L. (2006). Lusofonia e lusotropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. B. Bastos, *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: EDUC.
- MARTINS, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) (2007). Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono. In Ledo, M. (org.). *Comunicación Local no Espazo Lusófono* (pp. 301-310). Santiago de Compostela: Agacom.
- MATEUS, M. H. M. (2010). Uma política de língua para o português. In *Textos Seleccionados*, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (pp. 73-78). Porto: APL.
- Observatório da Língua Portuguesa (OLP). *As línguas na internet*, OLP, 2012. Disponível em www.observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/as-linguas-no-twitter. Acesso em 22/4/2013.
- ONDJAKI (2004). Outras margens da mesma língua – Conferência “A Língua Portuguesa: Presente e Futuro”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (6 e 7 de dezembro), Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=726> Acesso em 12/8/2012.
- PAB – Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (2010). Disponível em http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Acesso em 8/6/2012.
- RUAK, T. M. (2012). Discurso proferido no 13.º aniversário do Referendo para a autodeterminação do povo de Timor-Leste (30 de agosto de 2012). *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*, 2012. Disponível em www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages. Acesso em 22/4/2013.